S

Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS



CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 Art. 194

"A Seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social"

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 Art. 203

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- l. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.



LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/93

"A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas." ART.1º

reconhece o direito à população a um conjunto de **benefícios**, **serviços**, **programas e projetos**que representam muito no contexto do enfrentamento do quadro de barbárie social, e seus insuportáveis índices de miséria e de exclusão.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS foi aprovada em 22 de setembro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social e busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política da efetivação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado.

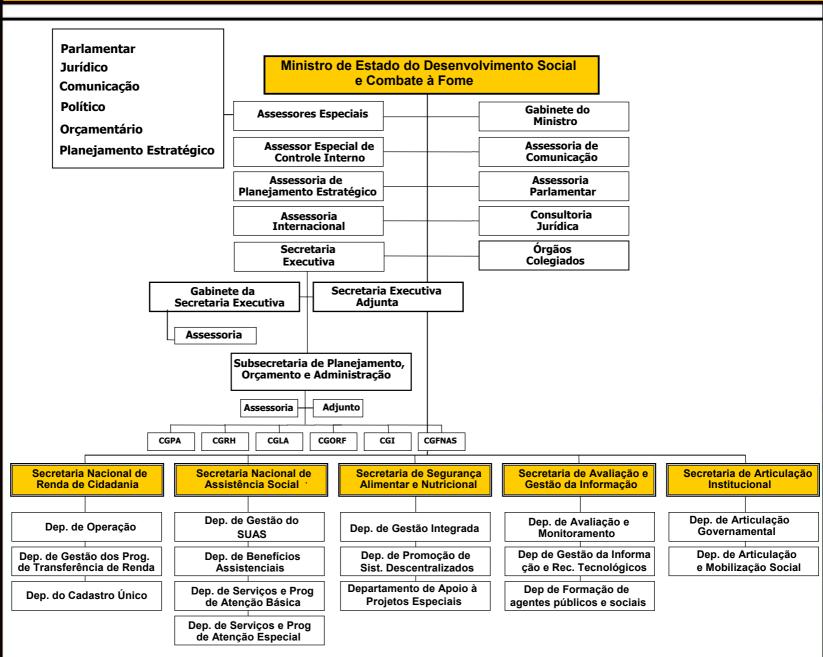
A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- I. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- III. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e uue garantam a convivência familiar e comunitária:

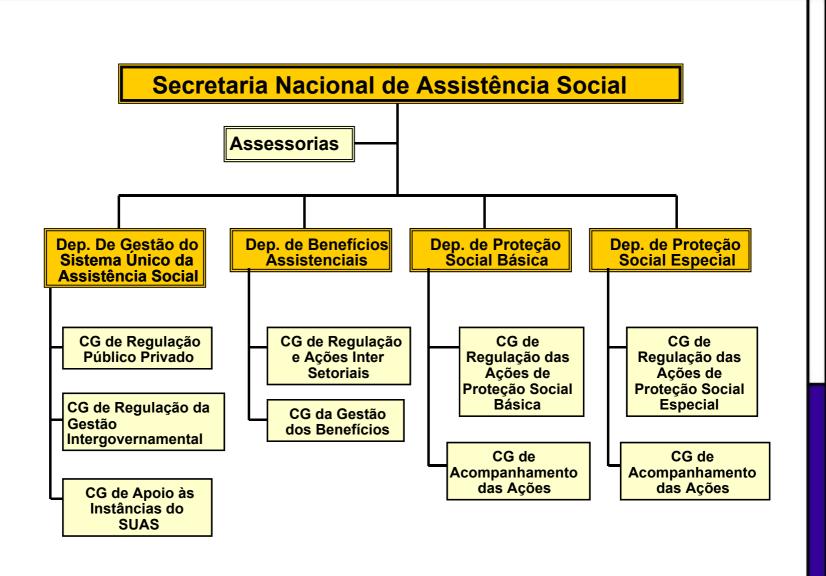


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORGANOGRAMA MDS







ESTRUTURA DA POLÍTICA





Destinatários / Usuários



SUAS Sistema Único da Assistência Social

- . O <mark>SUAS</mark>, constitui-se na regulação e organização, em todo o território nacional, das ações socioassistenciais:
- . Os serviços, programas, projetos e benefícios terão como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização;
- . Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados e Municípios;
- . O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social com a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

EIXOS ESTRUTURANTES: Matricialidade sóciofamiliar; Descentralização políticoadministrativa e Territorialização; Novas bases para relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação

O desenho do SUAS foi possível pela existência de vários agentes processos e lutas:

- desde 1988 até 1993 as lutas pela construção da LOAS;
- fóruns de debates nos estados, municípios e entidades na resiginificação da Assistência Social;
- estudos e pesquisas nas universidades, trabalhos, dissertações e teses;
- fóruns municipais, estaduais e nacional articulando a sociedade civil;
- a construção do sistema descentralizado e participativo com Secretarias de A.S nos quase 5.561 municípios brasileiros e Conselhos Municipais de A.S (ainda que em estágios diferentes);
- as experiências das Secretarias Municipais e algumas estaduais no esforço de operacionalização dos novos conceitos;
- atores anônimos e militantes na área;
- conferências nacionais, estaduais e municipais.

O QUE É O SUAS ?

Deliberação da IV Conferência Nacional

Sistema articulador e provedor de ações de

Proteção Social Básica Proteção Social Especial

junto a municípios e estados

Proteção Social Básica:

Objetivo:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

População alvo:

famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Ações:

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

Proteção Social Especial

Objetivo:

Destina-se a proteger situações de risco às famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e, ou, que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários.

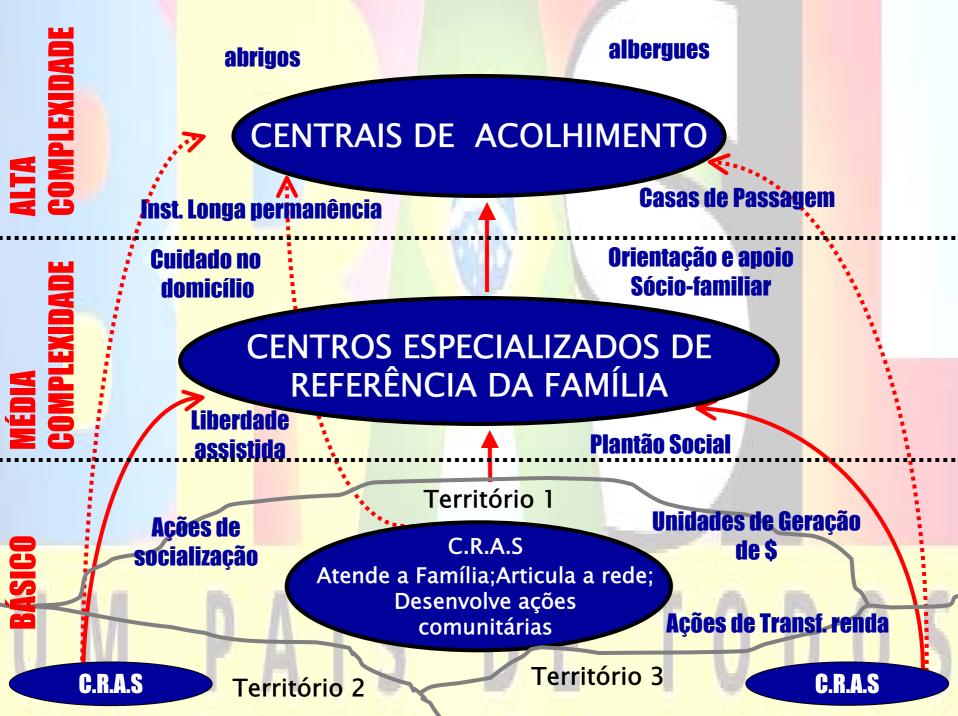
A ética da atenção da proteção especial pressupõe o respeito à cidadania, o reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral e a reestruturação das redes de reciprocidade social.

de média complexidade:

Destina-se às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

de alta complexidade:

Destina-se às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.



O SUAS É

- o Sistema Único de Assistência Social SUAS é a regulação, em todo o território nacional,
- . da hierarquia,
- . dos vínculos e
- . das responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil

O SUAS prevê

A garantia da unidade da política visando alterar a história de fragmentação

- . programática
- . entre as esferas do governo
- . das ações por categorias e segmentos sociais

A implantação do SUAS compromete-se com a cobertura dos serviços de Assistência Social na perspectiva da universalidade e qualidade dos resultados

O SUAS garante

- e afiança as seguranças sociais próprias da política:
- . acolhida
- . convívio
- . autonomia
- . rendimento
- . garantias de direitos, de medidas, de equidade e de proteção social



Programas, Projetos e Benefícios atualmente coordenados pelo MDS na política de Assistência Social

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIAS IPAIFI
COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL
POLÍTICAS DE JUVENTUDE : AGENTE JOVEM E CENTROS DA JUVENTUDE
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA IBPCI
PROTEÇÃO E ATENÇÃO À CRIANÇA\REDE ABRIGO
PROTEÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA
APOIO E PROTEÇÃO AO IDOSO



Ações atualmente realizadas pelo MDS na política de Assistência Social

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL destinado à Crianças e adolescentes de 7 a 16 em situação de trabalho com concessão de Bolsa, financiamento da jornada ampliada e geração de renda para as famílias; [PETI] É um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce.

ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIAS IPAIFI: Atendimento socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade social através dos Centros de Referência da Assistência Social. Inclui o atendimento às comunidades quilombolas e indígenas.

COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL: conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual. [SENTINELA]: programa foi criado para atender à determinação da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.



POLÍTICAS DE JUVENTUDE: Ação de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado.

[AGENTE JOVEM] Atendimento por meio de cursos de capacitação, sobre cidadania, saúde e meio ambiente e ações práticas para protagonismo na comunidade, com concessão de bolsa mensal de R\$ 65,00 para Jovens de 15 a 17 anos

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA IBPCI O BPC é um benefício assistencial, não contributivo, previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social. É destinado à pessoas idosas e com deficiência impossibilitados de prover sua manutenção ou de tê-la provida por sua família.: Concessão de Benefício mensal no valor de 1 (um) salário mínimo.

PROTEÇÃO E ATENÇÃO À CRIANÇA: Apoio técnico e financeiro a programas e projetos executados por estados, municípios, Distrito Federal e entidades sociais, destinados ao atendimento de crianças de 00 a 06 anos vulnerabilizadas pela pobreza e suas famílias. Visa Assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar.

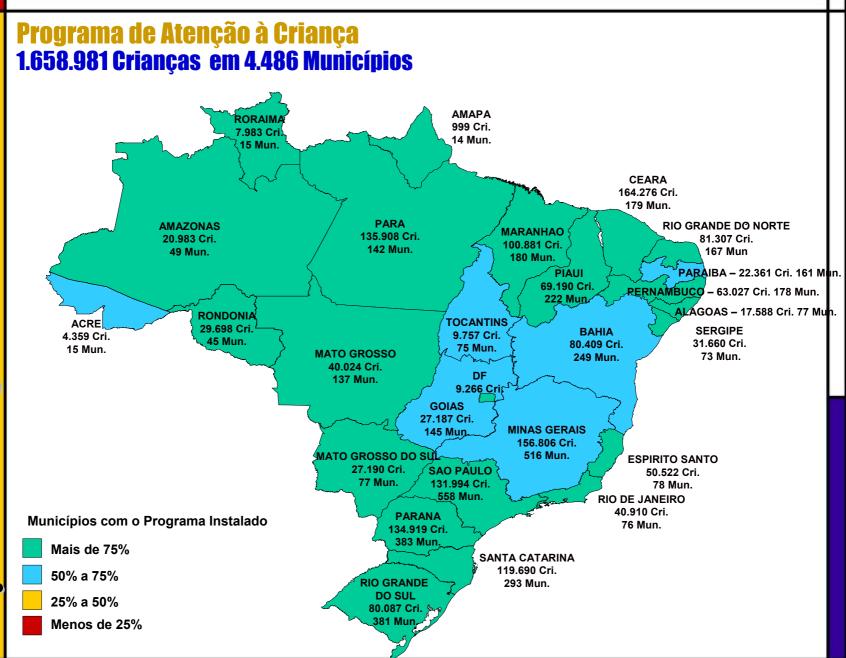


PROTEÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: Apoio técnico e financeiro a estados, municípios, Distrito Federal e instituições para o desenvolvimento de ações de proteção social e inclusão das pessoas com deficiência e de suas famílias. Visa assegurar os direitos sociais da pessoa com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade, por meio de ações de prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, equiparação de oportunidades e proteção social.

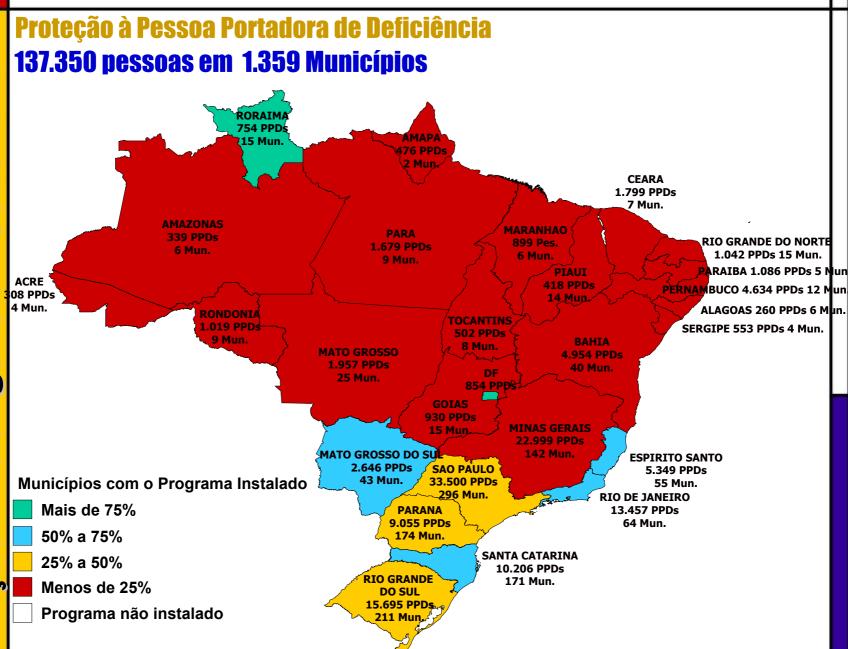
APOIO E PROTEÇÃO AO IDOSO: Apoio técnico e financeiro a serviços de proteção social básica e especial, a programas e projetos executados por estados, municípios, Distrito Federal e entidades sociais, destinados ao atendimento da pessoa idosa vulnerabilizada pela pobreza. Visa assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, conforme preconizam a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional do Idoso – PNI.

REDE ABRIGO: Apoio técnico e financeiro a serviços de abrigo para crianças e adolescentes em situação de abandono.

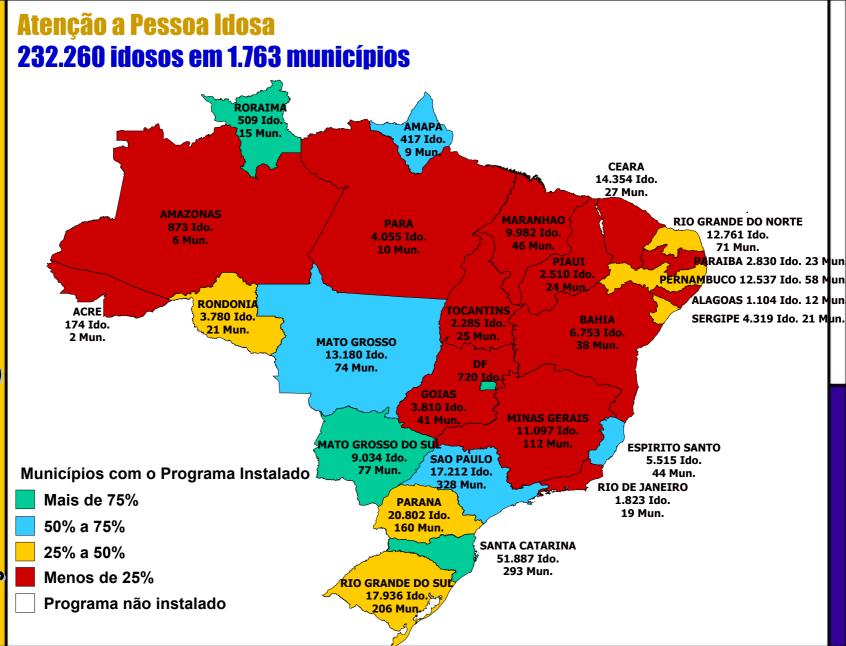




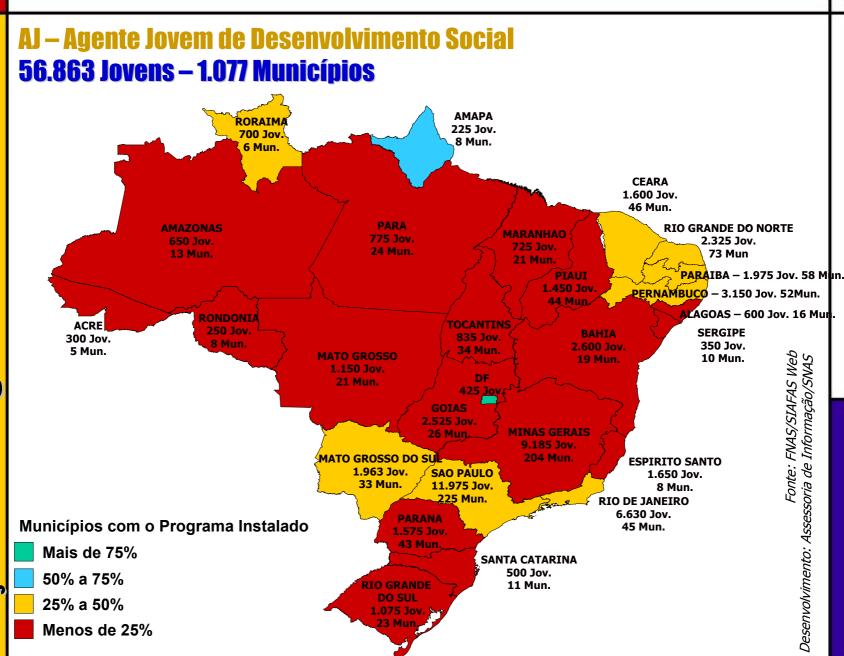




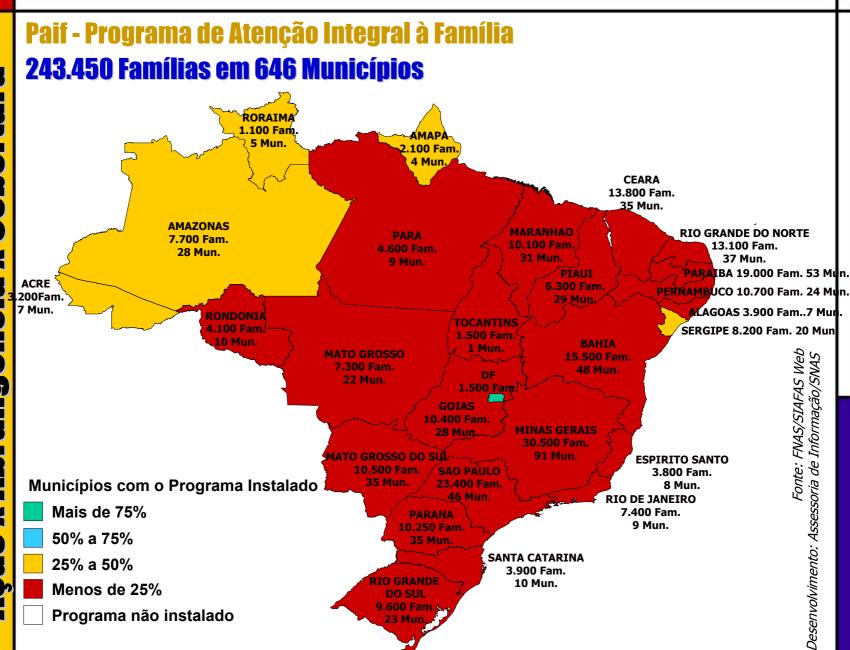


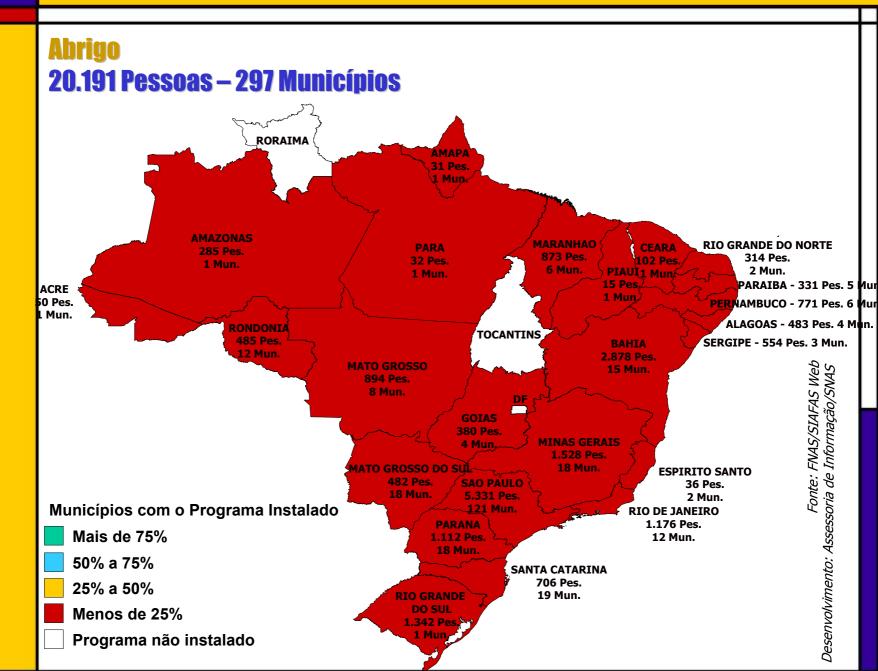


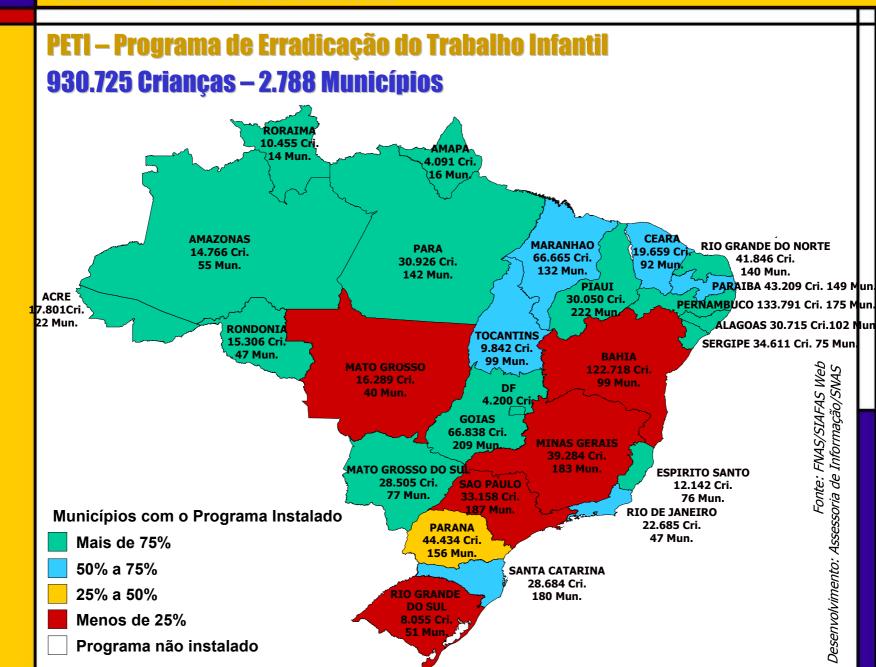
<u>cão x Abrangência x Cobertura</u>

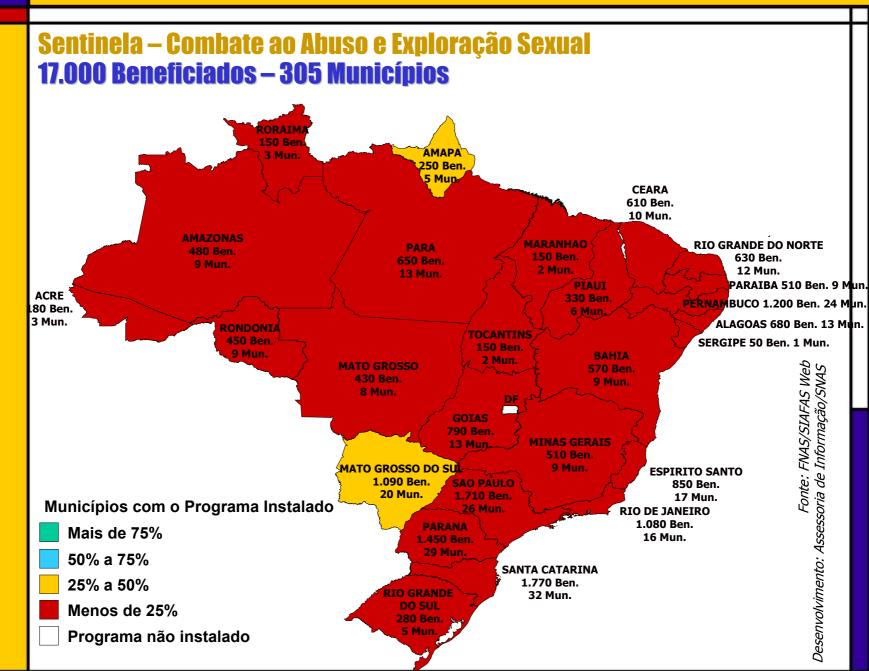


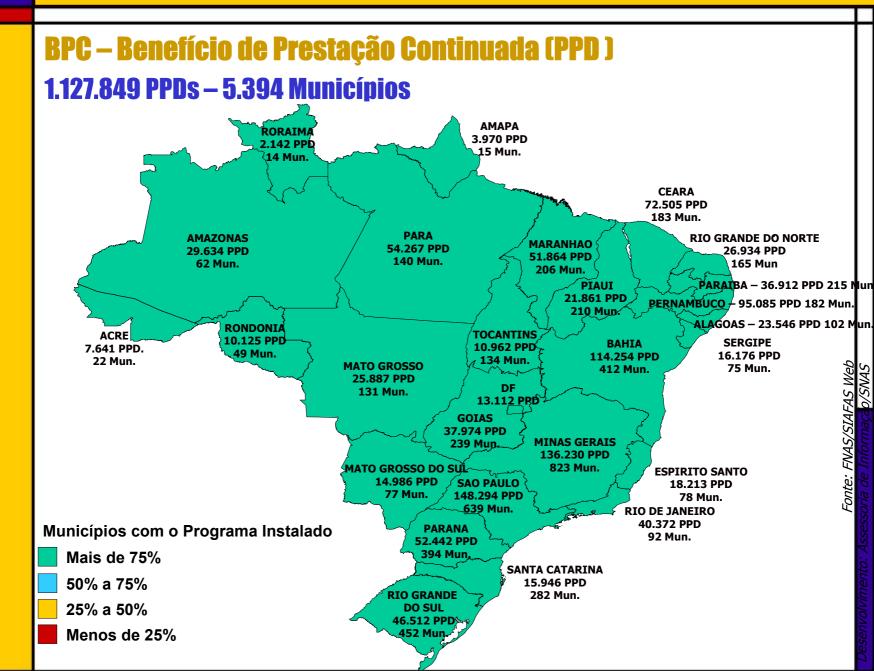


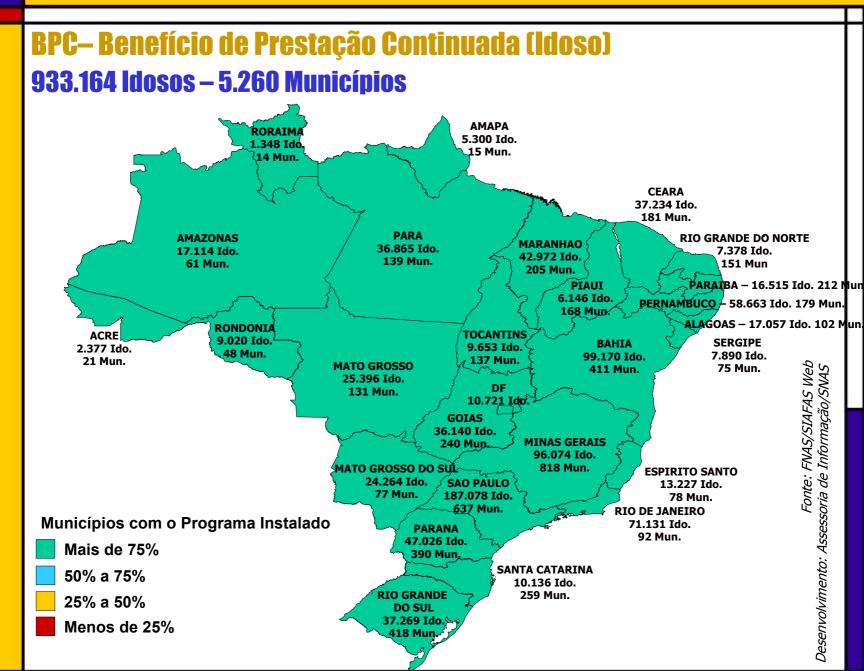












ASSISTÊNCIA SOCIAL: compromissos reafirmados

proteger a família e fortalecer os vínculos familiares;

desenvolver programas de enfrentamento à pobreza;

fortalecer a auto organização e geração de renda comunitária;

desenvolver medidas de proteção especial aos segmentos vulnerabilizados;

desenvolver programas de convivência, jornadas culturais, lúdicas, a convivência intergeracional;

responsabilizar-se por elenco de provisões de forma a suprir, individualmente, carecimentos oriundos de graves contingências sociais;

Realizar ações que contemplem a dimensão cognitiva ou desalienadora presente na assistência social como direito.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETÁRIO: Dr.Osvaldo Russo de Azevedo

www.mds.gov.br